

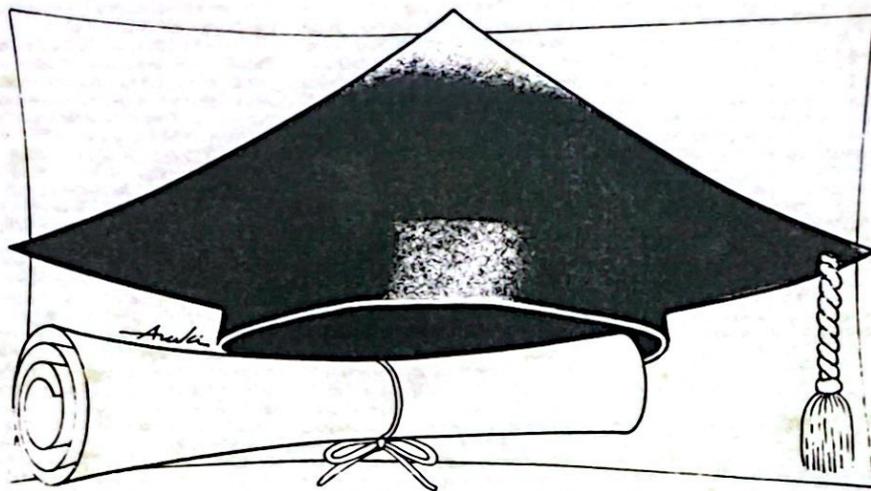
# Bodas de Ouro da Turma de 1943 da Faculdade Nacional de Medicina (Praia Vermelha)

\*Edmundo Maia

Os médicos da turma de 1943 da Praia Vermelha estão comemorando os cinquenta anos da formatura. A cada cinco anos a turma tem um encontro marcado no Rio, graças ao trabalho louvável da comissão constituída pelos Drs. Carlos Mayr, Clemente Melo, Eleuthério Brum Nogueira, Geraldo Horta, Jayme Fonseca Filho, Túlio Pradal, Yedda Maria do Lago e pelos saudosos André Amorim e Argentieri Smanio.

As bodas de prata, em 1968, no Rio, foram seladas com a distribuição de uma medalha de bronze para cada diplomado. As bodas de ouro foram comemoradas no Rio e em São Paulo, em dois encontros. A etapa carioca, antecipada para outubro, desenvolveu-se em três dias de um programa repleto de recordações. Houve a tradicional missa de Ação de Graças, na Igreja de Redenção, celebrada pelo padre José Roberto, que fez uma verdadeira dinâmica de grupo envolvendo os antigos estudantes. No jantar realizado no Country Club do Rio aconteceu a distribuição de um folheto alusivo ao evento, reproduzindo a cópia fiel do convite de formatura, com a fotografia histórica do prédio da Faculdade, lista dos diplomandos e o programa das solenidades. Em duas páginas internas foram acrescentadas referências históricas da turma, mensagens extraídas do discurso do paraninfo, prof. Martagão Gesteira, e do orador da turma, doutorando José Arrabal Fernandes, homenagens especiais aos professores, pais, parentes próximos, clientes, alunos e homenagem póstuma aos colegas falecidos. Um espaço em branco do folheto ficou reservado para assinatura dos colegas e para anotação do programa cumprido e de fatos relevantes que venham a acontecer. No almoço do Jockey Clube do Rio, a nota marcante foi o colega Vicente Mitchell ter cantado, com sua privilegiada voz, belas canções italianas. O encontro foi encerrado num pitoresco passeio de ônibus e barco, durante um dia inteiro, pela região do litoral e lagos fluminenses. A etapa paulista, comemorada em dezembro, centralizou-se em torno das bodas de ouro dos colegas Georgette e Rubens Ferreira de Barros. Missa e jantar na residência do casal, complementada por um almoço na Clínica Maia e uma visita à Feira dos Artistas do Embu.

A comissão não decidiu escalar um orador oficial do evento. Mas



“... nossa turma foi atingida pela reforma Capanema. Houve uma passeata de protesto em plena ditadura Vargas.”

convocou vários colegas para falar sem compromisso, livres, descontraídos, ao ritmo da associação livre de idéias. Assim, no jantar do Country, Geraldo, Eleuthério, Clemente, Mayr, Túlio, França e Leandro (num alegre dueto caipira) Rosina e Branca ( num divertido dueto de médicas, mães e avós), Gilberto, Barcelos, Pitella, Mibielli e Maia recordaram acontecimentos vividos pela turma, contaram piadas e recitaram poemas.

Relembrou-se que nossa turma foi a primeira a ser atingida pela reforma Capanema, que alterou o currículo universitário. Que os alunos da Praia Vermelha participaram de uma passeata de protesto (sem nenhuma ideologia política-partidária) contra a reforma, em plena ditadura de Getúlio Vargas. Que fizemos o curso, usando bonde e ônibus (só três colegas possuíam carros), correndo numa verdadeira maratona para assistir às aulas da Faculdade, no Instituto Anatómico, na Sta. Casa, nos Hospitais São Francisco, Estácio de Sá, Hahnemanniano da Frei Caneca, na Maternidade das Laranjeiras, nos Institutos de Psiquiatria e de Neurologia. Destacou-se o privilégio de nossa turma ter tido, entre seus professores, luminares da Medicina, como Aloísio de

Castro, Afranio Peixoto, Annes Dias, Agenor Porto, Carlos Chagas Filho, Froes da Fonseca, Pedro Pinto, Waldemar Berardinelli, Margatão Gesteira, Henrique Roxo, Antonio Austregésilo, Ugo Pigeiro Guimarães, Nuno Magalhães, José Martinho da Rocha, Paulo Lacaz, João de Albuquerque, Rinaldo de Lamare. Evocou-se a memória dos colegas falecidos Moacir Santos Silva, Sebastião Ribeiro Jr., João Dorival Cardoso, Marcilio Lima, Newton Sharp, Maria de Lourdes Novais, Enedina Rodrigues Silva, Alcides Caltabiano, Argentieri Smanio, Fernando Gentil, Waldyr Andrade Cunha, André Amorim e José Arrabal Fernandes, o nosso orador, que pretendia lançar seu novo livro “Mãos de Médico”, nestas bodas de ouro.

Comovente foi a iniciativa da viúva e dos filhos de Arrabal (o dr. Juca) trazerem, de surpresa, o livro “Mãos de Médico” para ser distribuído a cada colega, numa homenagem ao autor e à sua turma. Muito significativo foi o fato de nenhum colega, no jantar do Country Club, sair para dançar, apesar dos acordos musicais românticos e saudosistas executados por um exímio tecladista-artista. Todos preferiram manter-se ligados aos papos de re-

cordações nos grupos que se formaram. Encerrando esta crônica, transcreverei agora as palavras que pronunciei:

“Caros colegas de turma, jovens de ontem, setentões de hoje! Aqui estamos reunidos para a comemoração de nossas bodas de ouro de formatura. Em 1943 deixamos a Faculdade munidos de um diploma de médico e envoltos numa bandeira listrada com as cores da alegria, do entusiasmo, dos sonhos, da fé e da esperança. Espalhamo-nos por este Brasil afora, numa verdadeira revoada de pássaros da saúde. Atuando em diversos setores da atividade comunitária, sem dúvida, participamos diretamente da mais bela obra humana que foi e é, como dizia Sófocles, a de ser útil ao próximo.

“Que bom estamos reunidos aqui, neste seminário de recordações, de reminiscência e de saudades. Ao nos revermos, frente a frente, olhamo-nos surpresos e trocamos abraços. E com boa carga de curiosidade associada a muita complacência - que a experiência da vida e o peso dos anos nos proporcionaram - fazemos uma mútua e rápida avaliação estética. Pesquisamos rugas. Aferimos o brilho dos olhos. Conferimos fios de cabelos restantes, tamanho e brilho

das carecas. Focalizamos as dimensões das barrigas. Calculamos peso e volume dos corpos. Só então liberamos nosso julgamento: Puxa vida!... Você pouco mudou!... Você ainda está em boa forma!...

“Certo é que cada um de nós teríamos muito a contar de nossa vida de médico e de cidadão. Sacrifícios, lutas, disputas, frustrações, gratificações, realizações, vitórias. Enfrentamos bons e maus momentos. Mas tudo passou, como tudo passa na vida. As comemorações jubilares são estes instantes de eternidade, de fraternidade, de universalidade, que fazem vibrar, dentro de nós, aquilo que temos de melhor, fundindo numa só realidade a memória do passado e a alegria do presente. Termine minhas palavras citando um provérbio sânscrito: o ontem não passa de um sonho. O amanhã nada mais é do que uma visão. Mas o hoje bem vivido faz de todo o amanhã uma visão de esperança. Por isso olhe e viva bem este dia. E para prestar uma homenagem especial à nossa turma e aos colegas setentões, permitam-me dizer este poema de grande significado, que selecionei de minha coleção particular:

ORAÇÃO DO ENVELHECIMENTO, de autor anônimo

“Senhor! Ensina-me a envelhecer/ Convence-me de que a comunidade não me faz nenhum agravo se me vai exonerando das responsabilidades/ Se não solicita mais a minha opinião/ Se escolhe outros para ocuparem o meu lugar/ Despoje-me do orgulho da experiência acumulada e da veleidade de me julgar insubstituível/ Que eu saiba ver/ no gradativo desprendimento das coisas/ apenas a lei do tempo/ Que eu descubra, nessa transferência de encargos/ uma das palpantes expressões da vida que se renova/ sob o impulso da tua providência/ Fazei, Senhor, que eu consiga ainda ser útil nesta terra/ contribuindo com o otimismo e com a oração/ para a alegria e a coragem de quem recebe o turno das responsabilidades/ Que eu viva, sem perder o contato humilde e sereno, com o mundo em transformação/ Que não lamente o passado/ mas saiba fazer de meus sofrimentos pessoais, um dom de reparação social/ Senhor, faz com que o meu afastamento do campo de trabalho/ Seja simples e natural/ como um sereno, feliz e luminoso por-do-sol.

\*Edmundo Maia é ex-professor titular de Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas de Santos e diretor da Clínica Maia, em São Paulo.

## FRANCO DA ROCHA

Paulo Fraletti\*

Franco Franco da Rocha nasceu em Amparo, em 23.8.1864, aposentou-se em 24.3.1923, e faleceu em 8.11.1933, com 69 anos. Diplomou-se pela antiga Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1890, e voltou para São Paulo em 1891. Em 28.8.1893 foi nomeado como médico alienista do Hospício Provisório de Alienados da Cidade de São Paulo. O Hospício era dirigido por um administrador, mas com a sua reestruturação foi criado o cargo de diretor, para o qual foi nomeado em 6.4.1896. Faz, portanto, hoje, cem anos da sua indicação como médico do Asilo. A circunstância da data determinou, portanto, a homenagem de hoje, uma oportunidade, também, para mais uma vez reunirem-se em confraternização os mais antigos médicos e psiquiatras do grande e renomado Hospital de Juqueri.

O Hospício Provisório de Alienados da Cidade de São Paulo, mais conhecido e designado comumente de Casa de Alienados, fundado pelo dr. José Tomas Nabuco de Araújo, presidente da província, foi inaugurado em 14.5.1852, enquanto o Hospício Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, só se deu em 15 de dezembro do mesmo ano. São Paulo adiantou-se ao Rio, portanto, em 7 meses.

Ao publicarmos tais dados, um colega do Rio, que, aliás, não era carioca, e bem mais tarde vierá trabalhar em São Paulo, susceptibilizou-se e procurou-nos portando uma publicação na qual revelava que, apesar de só inaugurado em dezembro de 1852, vinha, porém, sendo construído há mais de 10 anos, mas já funcionando desde 2.12.1841, numa casa adaptada numa chácara da Praia Vermelha, com o nome, segundo o documento, de "Casa destinada para servir provisoriamente para asilo de alienados", o que aconteceu com 9 doentes transferidos de uma enfermaria do Hospital Geral da Santa Casa do Rio. Servia, pois, provisoriamente, de Hospício Pedro II.

São Paulo não perdeu, contudo, a primazia da assistência aos alienados como ver-se-á a seguir.

Antes dos "hospícios provisórios" eram, os alienados, recolhidos e assistidos em "celas" ou "quartos gradeados" em enfermarias das Santas Casas de Misericórdia, ou em "xadrezes" das cadeias públicas, como acontecia no Rio e outras cidades do Brasil, no primeiro caso (o das enfermarias) e, em São Paulo, no segundo caso (o dos xadrezes).

A enfermaria das Santas Casas do Rio e de São João Del Rei, em Minas Gerais, têm referência a partir de 1817. A do Rio, porém deve ter sido anterior. Em São Paulo tornou-se difícil a averiguação pelo fato de ter desaparecido o Livro de Atas nº 2 da Santa Casa, que preenche o espaço de tempo de 1731 a 1828.

Segundo Franco da Rocha informara, porém, a Juliano Moreira, ao escrever, este, um relato sobre a história da assistência a alienados no Brasil, a Santa Casa de São Paulo, que ele soube, não havia mantido internação em enfermaria. Descobrimos, entretanto, que, realmente não, sob a moda-

lidade de enfermaria mas, sim, de outra forma especial, diferente do Rio e de outros Estados, que era em compartimentos isolados, "quando se tratava de doente com pecúlio próprio", segundo relata Laima Mesgravis, em tese de doutoramento de 1974, sobre "A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo".

"(...) a Misericórdia prontificava-se a construir um compartimento adequado e seguro e a fornecer o sustento diário mediante pagamento por parte do curador, indicado pelo juiz de órfãos, conforme propunha em 1829 o provedor ao presidente da província, José Carlos de Almeida Torres." No caso de indigência, a Misericórdia fornecia auxílio para que o doente fosse tratado em casa", conforme vem no termo de mesa, de 19.9.1830, do Livro de Atas, nº 3.

O compartimento isolado existia até nas residências, em caso de familiar ou de empregado doente, tanto que conhecemos um, em nossa cidade (Pereiras-SP) quando era menino (década dos anos 20).

"Esse tipo de auxílio (aos indigentes) revelou-se precário e a Santa Casa, em 1830 decidiu construir acomodações especiais nos terrenos do hospital, recebendo da Câmara Municipal um auxílio de 300\$000" (Termo da Mesa, de 6.6.1930, e "Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo - 1829-1830, Vol. XX, pág. 410).

A seguir, "Essa idéia foi substituída pelo valor-aluguel de uma casa em frente ao velho hospital quando se decidiu construir o novo". O velho ficava no Largo da Misericórdia e, o novo, na Rua das Flores (atual Rua da Glória).

Acontecimento pioneiro e inovador o dessa casa alugada, um "hospício improvisado" (Laima Mesgravis), ou Recolhimento, confirmado pelo médico e historiador Pedro Salles, in "História da Medicina no Brasil", 1971, que afirma: "Tudo começou em 1829, em um pequeno Recolhimento na Rua das Flores, mantido pela Santa Casa e um auxílio especial concedido pela municipalidade."

Outros autores e documentos comprovam a existência desse Recolhimento, como o ilustre historiador Nuto Santana, in "Documentário Histórico", de 1951, que cita o "Relatório da Comissão de Visitas a Estabelecimentos de Caridade e Prisões", de 26.9.1829, escrevendo Nuto: Serviu ele "para recolhimento de dois padres e uma mulher, todos alienados, sendo que os dois primeiros eram assistidos pela Caixa Pia Eclesiástica". Termos esses que Laima Mesgravis reproduz em sua tese.

"Por alguns anos a Misericórdia manteve esse pequeno hospício, mas recusou-se a fazer algo de definitivo, não obstante os pedidos como, em 1948, o do chefe de polícia" (Termo de Mesa de 2.4.1848, in Livro de Atas nº 3, fl. V, citado por Laime).

O Governo assumiu, por fim, a responsabilidade da criação do Hospício de Alienados, em 1848. Pela Lei nº

12, artigo 5º, de 18 de setembro, a Assembléia Provincial determinava ao Governo que mandasse levantar a planta e orçamento para "um hospital de alienados com a precisa capacidade para recolher os de toda a província", bem como emitir opinião sobre os meios necessários para a conservação do mesmo. E, que enquanto dita Assembléia não deliberasse definitivamente, o Governo deveria dispendir até dois contos de reis para aliviar os males de tais infelizes, ou então que tratasse com a Mesa da Santa Casa, para que fossem recolhidos ao seu hospital de caridade, ou ainda, que empregasse os meios mais conducentes que lhe parecesse.

Aureliano Leite, em "História da Civilização Paulista" (Edição Saraiva, 1954), dá o dia 18.9.1848, como o de sua fundação, ao escrever "é criado por lei o Hospício dos Alienados, na Capital". Era presidente da província Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá.

Finalmente, em 1849, a Santa Casa "firmou — diz Laima Mesgravis — a sua posição a respeito da questão dos alienados ao responder a diversos ofícios do presidente da província, decidindo que (...) a Irmandade recusava os 2.000\$000 ofertados (...) para conserto e construção de cômodos para alienados a serem tratados à custa do Estado, pelos empregados da Santa Casa", "(...) mas construiria quatro cômodos para tratamento dos doentes".

"Embora não se encontrem mais referências ao problema dos alienados nas Atas de Reuniões de Mesa — termina Laima Mesgravis —, é bem possível que a Irmandade ainda os tenha atendido de alguma maneira por tempo incerto." Pelo menos é o que se conclui

o doente ser mantido em família e, em 80 anos, antecedendo ao próprio Franco da Rocha, ao instituir os nutrícos do Juqueri, em 1908. Era a entrega de um doente crônico a um funcionário, ou um enfermeiro, para tê-lo na casa, mediante pagamento e assistência médica, depois estendida a medida a outras pessoas da Vila.

3º — Abertura, em 1829, de um Recolhimento, paralelamente aos cômodos, que sem contestação foi o primeiro asilo do Brasil, para doentes mentais, que teria durado até a época do Hospício do Estado, em 1852.

4º — Manutenção do Recolhimento com participação de verba municipal para pagamento do aluguel da casa, antes do que faria o governo imperial a partir de 1841 e o estadual, a partir de 1852.

5º — Internação de doente no Recolhimento e em compartimentos (cômodos), que tivesse um curador e por determinação do Juiz de Órfãos.

Tendo a Assembléia e o Governo do Estado de São Paulo assumido a responsabilidade da assistência aos insanos em 1848, e após demarches necessários sobre a forma a ser escolhida, foi, como vimos de início, instalado o Hospício Provisório da Cidade de São Paulo, em 1852, num casarão alugado entre a Avenida São João e Rua Pedro Américo.

Dez anos após (1862) já se tornara insuficiente, daí a sua mudança para a antiga Várzea do Carmo, atual Parque de D. Pedro II, aonde existe até hoje, como quartel.

O que foi a luta dos administradores (os Alvarenga, Tomé e Frederico Antonio), todos sabem: superlotação permanente e luta por reformas e ampliações e respectiva dificuldade com verbas.

Apesar do atendimento em enfermarias (Rio e outros Estados), cômodos e Recolhimento (São Paulo), muitos insanos viviam em promiscuidade com presos comuns nas cadeias, ou viviam abandonados pelas ruas e estradas, e os mais felizes, contidos no ambiente familiar, situação contra a qual, após a independência, passaram a lutar, os médicos do Rio, dentre os quais se destacaram os drs.

Cruz Jobim, De Simoni, Sigaud e alguns mais, que acabaram por encontrar eco na pessoa de José Clemente Pereira, político em evidência e diretor da Santa Casa, em 1840, todos inspirados na reforma de Pinel, durante a Revolução Francesa, e na Lei Esquirrol, de 1838, conforme descrevem os historiadores, como o faz Darcy de Mendonça Uchoa em seu completo e utilíssimo livro, "Organização da Psiquiatria no Brasil" (Editora Sarvier), de 1981.

Mesmo durante o período dos hospícios provisórios o atendimento era puramente assistencial, quando muito com atendimento médico geral e cirúrgico nas intercorrências.

Trinta anos após, no Rio, o Hospício Pedro II já deixava muito a desejar. Dentre as várias deficiências, o núme-



ro insuficiente de leitos, irregularidades administrativas, com a administração exercida pelas irmãs de São Vicente de Paula, a se imiscuirem no tratamento médico, pois, dado os preconceitos religiosos, tinham concepções errôneas sobre a insanidade mental.

João Carlos Teixeira Brandão, psiquiatra de formação, que estivera na Europa e já era professor de psiquiatria desde 1883, publicou uma série de artigos sobre esses e outros erros, no Diário Oficial, em 1886, enfeitados em opúsculo sob o título "Os Alienados no Brasil", pelo que foi convidado pelo Barão de Cotegipe, para a direção do Hospício. Corrigiu as falhas, vícios administrativos, aboliu o quanto pôde as grades, ampliou as instalações, iniciou o período clínico-terapêutico e dentre outras iniciativas, batalhou pela criação da lei de proteção médico-legal aos sandeuses. É o primeiro grande psiquiatra do Brasil.

Tendo Franco da Rocha se graduado em 1890, facilmente se compreende o quanto aproveitara com o mestre ilustre, e não apenas como seu aluno na Faculdade de Medicina mas, também, como estudante-interno do Hospício Pedro II, além do exemplo recebido em matéria de direção hospitalar e da luta pela renovação da assistência aos alienados no Rio, tanto que, em São Paulo, pôs em prática o que lá aprendera e presenciara, tanto que começou da mesma maneira, isto é, analisando, através da imprensa ("O Estado de S. Paulo" e "Correio Paulistano"), a situação do Hospício e dos alienados em nosso meio.

Mesmo tendo sido convidado para continuar como médico-interno do Hospício Nacional (ex-Pedro II) e médico-interno da Casa de Saúde Dr. Eiras, "conceituado estabelecimento psiquiátrico", no qual estagiaria desde a quarta série, além da oferta para lecionar na Faculdade como lente substituto, preferiu Franco da Rocha voltar para São Paulo, pois, era firme sua resolução de aqui exercer a clínica

... muitos insanos viviam em promiscuidade com presos comuns nas cadeias, ou abandonados pelas ruas e estradas...

do Termo de Mesa, de 30.11.1849, do Livro de Atas nº 3, fl. 127, pois, a Irmandade solicitava "ao presidente da província três ou quatro africanos livres que mediante salário, cuidassem dos alienados do hospital".

Tais fatos exigem várias e importantes conclusões:

1º — A Santa Casa de São Paulo, ao contrário do que pensara Franco da Rocha, também cuidou de alienados, antes de 1852, só que, não em enfermarias como no Rio, Minas, Pernambuco e outras cidades, mas em compartimentos ou cômodos isolados, aos que tinham pecúlio, ou fornecendo um auxílio em dinheiro, para serem tratados em casa.

2º — Antecipação em mais de um século ao que hoje faz a Inglaterra ao destinar uma determinada quantia para

# 100 anos da nomeação como alienista



sociação Paulista de Sanatórios Populares, futura Liga Paulista Contra a Tuberculose.

Em 1890 foi organizada a Farmácia do Estado e em 1891 deu-se a criação do Serviço Sanitário, para o qual, em 1898 entrou Emlílio Ribas, que desenvolveu campanhas contra a lepra, a varíola e a febre amarela, antes de Osvaldo Cruz, no Rio. Também nesse ano, Carlos Botelho tornou-se o primeiro diretor clínico da Santa Casa e foi quem criou o primeiro hospital particular de São Paulo. Foi ainda, o ano da fundação da Faculdade de Medicina, mas que só seria instalada e organizada em 1912, por Arnaldo Vieira de Carvalho, grande cirurgião, que já havia sido diretor do Instituto Vacinogênico.

Felix Le Dantec, em 1892, por indicação de Pasteur, e a convite de Vicente de Carvalho, dirigiu o Laboratório de Análises e Bromatologia, este, depois dirigido por Adolfo Lutz.

Braulio Gomes, em 1894, abriu a primeira sede da futura Maternidade de São Paulo.

Em 1895 deu-se o ressurgimento da Sociedade de Medicina e Cirurgia, que teve como um dos presidentes Pereira Barreto, que dentre várias iniciativas, fez a introdução da assepsia de Lister na cirurgia paulista.

A Sociedade de Antropologia Criminal, Ciências Penais e Medicina Legal, pôs em circulação, em 1896, a sua revista, dirigida por notáveis de São Paulo, dentre os quais o advogado criminalista Brasília Machado, o renomado psiquiatra Bittencourt Rodrigues, que derrotado em concurso por Miguel Bombarda retirou-se para o Brasil. Foi também desse ano, a fundação da Biblioteca Pública do Estado.

Em 1893, a 24 de agosto, Antonio Francisco de Paula Souza fundara a Escola Politécnica. E por esses anos, Francisco de Paula Ramos de Azevedo já tinha consolidado a construção civil.

Na mesma disposição estava o Governo de resolver o problema dos doentes mentais, tanto que já tinha sido autorizado pela Assembleia, em 1891, a construir asilos-colônias em pontos afastados da capital.

Franco da Rocha que vinha escrevendo sobre o problema nos jornais e orientando o Governo desde 1892, convenceu os poderes públicos do contrário, ou seja, a criação na Capital, ou arredores, de um hospício com pavilhões isolados mas interligados para agudos, tendo anexo uma colônia agrícola para crônicos, segundo modelo aprovado pelo Congresso Internacional de Alienados, em 1889, em Paris. E como houvesse no velho Hospício Provisório necessidade de mais um médico, de preferência alienista, foi Franco da Rocha nomeado em 28.8.1893. Em menos de três anos, a 6.4.1896, assumiu a diretoria. Até então, a direção era exercida por um administrador (primeiro, Tomé, depois Frederico Antonio de Alvarenga).

Coube a Franco da Rocha inovar a

assistência aos alienados e inaugurar o período clínico-terapêutico da psiquiatria paulista, com sua preocupação pelo exame completo do doente e elaboração respectiva da observação clínico-psiquiátrica, o diagnóstico acurado, a aplicação atualizada da terapêutica medicamentosa e hidroterápica, a criação do arquivo clínico, de forma racional e sistemática, a formação de uma biblioteca (iniciada com as obras completas de Charcot, e o livro "Asilos e Hospícios do Globo", de Henri Budert), e a aquisição de um microscópio e material de necropsia, dando de tudo, conhecimento do que realizava, através do folheto anual "Estatística e Apontamentos", iniciado em 1894. Isso, no velho hospício, e ao mesmo tempo que cuidava do novo, em 70 alqueires de terras adquiridas na Vila de Juqueri, em 1895, e nesse mesmo ano iniciada a construção, pois o projeto já se encontrava pronto desde 1894. Em 1898 estava terminada a construção do Asilo-Colônia para crônicos do sexo masculino, inaugurado a 18 de maio, sob o nome de Asilo-Colônia da Sucursal do Juqueri do Hospício de Alienados de São Paulo e que viria a ser a Colônia Azevedo Soares (nome em homenagem ao primeiro administrador). Deu-se a inauguração com os 80 homens vindos do Asilo Sucursal de Sorocaba, que havia sido criado e os recebidos em 18.5.1896, dado a superlotação do Hospício da Várzea do Carmo.

Além da chácara de Sorocaba foi adquirida a casa nº 14 da Rua do Hospício, em 18.8.1898, para servir de Recolhimento de 15/20 doentes, com internação imediata de 15 procedentes das cadeias do interior, pois apesar da abertura da Asilo-Colônia do Juqueri,

da vida que tinham antes: ambientes agro-pecuário para os do interior, e o de exercício obreiro para os da cidade.

O Serviço Agro-Pecuário é de 1898 e, as oficinas (futura Divisão de Obras e Conservação) é de 1915.

Iniciou em 22.3.1908, uma de suas mais originais criações, a assistência familiar aos insanos, que designou de nutrição, visando um melhor aproveitamento terapêutico, com a manutenção dos internados o mais próximo possível do tipo de vida social de quando ainda não hospitalizados, confiando-os a funcionários e enfermeiros, de início e, depois, também a lavradores, "os mais tranquilos, de boa índole e válidos para serviço de pequena lavoura", mediante pagamento de 15000 por dia e atendimento médico. Assistência essa imitada pelo Rio de Janeiro, três anos após (1911).

Mantive o Asilo, até 1919, com produto da renda laboroterápica e da secção a doentes particulares.

Foram adquiridas outras áreas e construídas mais cinco Colônias e adaptado um pavilhão (o "Moinho") para crônicos. Como os menores achavam-se misturados com os adultos, Franco construiu-lhes um pavilhão especial, inaugurado em 4.12.1917 (futura Escola Pacheco e Silva). Concluiu em 1921 o Laboratório de Anatomia Patológica, que viria a ser chefiado por Pacheco e Silva. Já em 1913, instalara um novo Recolhimento (o 3º) na capital, só para mulheres, pela necessidade crescente de vagas (Perdizes, ao que parece).

Franco sempre residiu ao lado do hospício, de maio de 1899 até a aposentadoria, em 23.3.1923, trabalhando pelamanchã no Juqueri e, à tarde, no Hospício da Capital, até o seu fechamento, e no Recolhimento de Perdizes.

Outra importante contribuição de Franco da Rocha foi a de elaborações psiquiátrico-forenses a propósito da proteção legal aos doentes mentais.

Maurício de Medeiros disse na Enciclopédia Médico-Cirúrgica (francesa), que a primeira lei, no Brasil, datava de 4.12.1852. Não era, porém, mais que um Regulamento do Hospício Pedro II. Nesse caso, a primeira é a de 5.5.1852 (7 meses antes).

Com a proclamação da República, o atendimento aos doentes foi reorganizado como Serviço Público, com a criação, em 11.2.1892, da Assistência Médico-Legal aos Alienados, tendo Teixeira Brandão como primeiro diretor.

A verdadeira e primeira lei de proteção é de 7.10.1893. Melhorou a sorte dos insanos, por atribuir ao chefe de polícia ação administrativa sobre os indigentes, com o poder de interná-los nos asilos públicos.

Havia falhas, porém, pois, a lei se limitava a internação dos indigentes. Os que tinham bens de fortuna ficavam excluídos da proteção da lei, sujeitos a serem violentados em seus direi-

tos e despojados dos haveres, podendo ser recolhidos a estabelecimentos particulares, que os admitiam mediante simples pedido verbal. A parte dos indigentes foi sanada pelo Decreto 3.640, de 14.4.1900, que reorganizava o Serviço Policial, conferindo aos médicos-legistas "a função de examinar os indivíduos suspeitos de alienação mental, apreendidos na via pública ou retidos nas prisões, antes de serem recolhidos ao Hospício Nacional".

Outros defeitos tinha ainda a Lei de 1893, além dos "seqüestros" arbitrários, ou simples alegações de que eram alienados, sem as respectivas comprovações, como os dos alienados criminosos e sentenciados alienados, que deviam ser recolhidos a hospícios especiais (criminais).

Outro absurdo era o do Código Criminal: o alienado que delinqüisse e não fosse considerado perigoso era impronunciado e posto em liberdade. Absurdo dos absurdos: como podia ter delinqüido e não ser perigoso!?

Ao tempo da publicação dos "Elementos Fundamentais de Psiquiatria Clínica e Forense", de Teixeira Brandão, em 1918, essa ainda era a situação civil dos alienados.

A situação em São Paulo não era diferente, o que levou Franco da Rocha, ao assumir a direção do velho Hospício, em 1896 a protestar contra a injustiça imposta aos alienados, o que conseguiu modificar, tanto que em 1897, a internação passou a ser feita somente mediante solicitação por pessoa competente e matrícula após comprovação da doença. E isso, três anos antes do Rio.

O erro apontado por Teixeira Brandão sobre os alienados criminosos não perigosos postos em liberdade, foi secundado por Franco da Rocha, em sua obra pioneira sobre a especialidade, em 1904 sob o título "Esboço de Psiquiatria Forense", ao apontar a incongruência do artigo 29 do Código Criminal de 1890, citando, particularmente, o caso dos epiléticos, o que se terminou com o Código Penal de 1940.

Franco, como Teixeira Brandão, era contra a promiscuidade de alienados comuns e criminosos, o que já clamava desde 1892, apesar da opinião do célebre professor Magnan, que achava a separação desnecessária, já que todos eram doentes. E comentava Franco: "Era um erro do sábio professor que só tinha em vista nesse caso, princípios teóricos baseados em idéias exageradamente filantrópicas."

Segundo o artigo 11 da Lei Teixeira Brandão, de 1903, os doentes mentais criminosos e os sentenciados que adoescessem, deviam permanecer em asilos psiquiátricos comuns, mas em sessões especiais. No Hospício Nacional foi criada a Sub-Secção Lombroso na Secção Pinel. Em São Paulo, no Juqueri, foram reunidos em 1913, no 4º Pavilhão de Homens, depois, na 5ª Colônia de Homens, a cargo do Dr. João Paes Leme de Monlevade. Com a criação do Manicômio Judiciário, em 1927 e inauguração em 1934, foram para esse instituto transferidos. O Manicômio é obra de Pacheco e Silva e do senador estadual Alcântara Machado, mas para cuja criação, Franco se batia desde 1892.

“  
Franco da Rocha inovou a assistência aos alienados e inaugurou o período clínico-terapêutico da psiquiatria paulista.”

o velho hospício estava com excesso de doentes.

O Hospital Central, para agudos, teve a primeira parte (ala de homens) concluída em 1901, e inaugurada a 6 de maio, com os 170 existentes na capital. A segunda ala (a de mulheres), foi inaugurada em 24.8.1903. Somavam, então, 726 internados, sendo 436 homens e 289 mulheres.

Ramos de Azevedo, o renomado arquiteto da época foi o construtor, obra notável que deve ser tombada, antes que os vândalos a destruam, como muita coisa já foi destruída do Juqueri.

Em seu libretto "Fragmentos de Psiquiatria", de 1895, Franco justificava a distância, pois previa que muito iria se expandir, e porque se prestaria a implantação da laboroterapia, propiciando uma internação bem próxima a



## Vida Cultural

No dia 21 de dezembro passado, em sessão solene, realizada no plenário do Fórum João Mendes Jr., foram empossados os novos juizes do Tribunal de Alçada Civil do Estado. Ao evento compareceram várias personagens da cultura paulista. Na ocasião, falou, em nome dos magistrados, Ricardo Cardozo de Mello Tucunduva, brilhante orador, homem de grande cultura humanística e jurídica, cujas palavras comoveram os ouvintes.



Realizou-se no mês de dezembro, na Galeria Paisá, importante exposição de quadros, onde foram expostas obras de Graciano, Perissinotto, Dacosta, Manuel Martins, Maranca, além de raros pratos de porcelana, alguns do século XVII, da Europa, China e Japão. Maranca, na década de 60, trabalhou na TV Excelsior, Canal 9, como assistente de Ziembinski, na produção do teatro semanal "Os caminhos da Medicina".



Realizar-se-á, de 24 a 28 de janeiro, às 10:30 hs., no antigo Departamento de Microbiologia e Imunologia da Faculdade de Medicina da USP (2º andar), o IV Curso sobre História da Medicina, sob a coordenação do Prof. Carlos da Silva Lacaz. No programa há: Medicina como ofício divino (24/1); o Deus da Medicina (25/1); os lados humano e científico da Medicina (26/1); médicos literatos, ensaístas, poetas, educadores, cientistas e pesquisadores (27/1); um pouco sobre a nossa Faculdade de Medicina e outras Escolas Médicas (28/1).



O médico, laureado pintor, Boris Arrivabene, expôs, em dezembro passado, no Vila Verde Hotel, Avaré-SP, com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura daquela cidade, a mostra denominada "Retrospectiva de uma vida..."; foi um sucesso sem precedentes.



Acaba de ser lançado, pela Editora Gente, o livro "Sexo: o dilema do Homem", de Moacir Costa, médico, psicoterapeuta, especializado no exterior, ex-professor da Universidade Estadual de Londrina. O livro aborda questões interessantes, tais como: por que a impotência assusta tanto?; por que o interesse pelo sexo acaba no casamento?; por que os homens fantasiam mais do que as mulheres? O autor as responde com muita propriedade e bom senso, lastreado em sua larga experiência de psicoterapeuta.



O Departamento Cultural da WIZO (World International Zionist Organization, para o bem-estar do menor e da mulher, com sede na ONU), realizou o seu anual Dia de Estudos, reunindo seletos auditório em torno de duas palestras. Uma a cargo de Nana Hamaoui, que falou sobre "A memória", e outra a cargo de Sérgio Malberguer, sobre "A paz no Oriente Médio".

G.A.P.

As mulheres tinham permanecido misturadas, o que aconteceu até 1943, quando foi inaugurada a Seção Feminina do Manicômio.

Coube a direção ao Dr. André Teixeira Lima, que substituiu o dr. Monlevade na seção dos delinquentes, no Juqueri.

Outro aspecto pelo qual Franco da Rocha se bateu, foi o da interdição civil e curatela dos alienados, bem como a da capacidade civil relativa, antes defendida por Teixeira Brandão e secundada por Souza Lima (professor de Medicina Legal) e Nina Rodrigues e, depois de Franco, reforçada por Juliano Moreira e Afrânio Peixoto.

A questão era a da interdição parcial ou mitigada por capacidade civil relativa para os casos menos graves. Falha do Código Civil e mantida no Código de 1917, e que permanece até hoje, que tão claramente expôs em "Esboço de Psiquiatria Forense", de 1904 e repetiu no artigo "Loucos de Todo o Gênero no Direito Civil", em O Estado de S. Paulo, em 1921. E no mesmo artigo, critica a expressão "loucos de todo o gênero", como também já haviam feito Souza Lima e Nina Rodrigues.

Fica assim desmentido o que um psiquiatra, em revista de Brasília, afirmou: que Franco nada havia feito em relação aos aspectos de capacidade civil e responsabilidade criminal dos alienados.

Franco dedicou-se também ao ensino.

Criada a primeira cadeira de psiquiatria no Rio, em 1881, em 1883 passou às mãos do professor Teixeira Brandão, de quem Franco fora aluno e, ao se diplomar, por ele convidado para lente substituto.

Em São Paulo, a convite do diretor da Faculdade de Medicina, dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, foi o primeiro professor de Psiquiatria e Moléstias Nervosas, lecionando de 1918 a 1923.

Além de professor na Faculdade, foi mestre no Juqueri, onde deixou vários seguidores. Conhecemos dois de seus ex-alunos. Todos unânimes em afirmar suas qualidades de didata. As aulas eram no próprio Juqueri, que funcionava como clínica da cadeira. Frequentava os autores franceses, italianos, ingleses e alemães, de preferência estes, tanto que tinha grande admiração por Kraepelin.

Franco não descurou do aspecto científico da psiquiatria, tanto que já em 1896 adquiriu microscópio e instrumental de necropsia e deixou construído o prédio de anatomia patológica, instalado em 1925 e onde já vinha trabalhando desde 1921, A. C. Pacheco e Silva. Além da comprovação científico-experimental foi mestre em empirismo científico, tanta era a sua experiência clínica e as suas elaborações sobre psicopatologia e terapêutica. E quem melhor que ele divulgou no Brasil a medicina psiquiátrica? Já no fim do século passado, quando não existiam revistas e jornais especializados, serviu-se da imprensa leiga e de medicina geral, como o jornal "O Estado de S. Paulo", no qual colaborou por mais de 40 anos. Daí ter editado, também, por longos anos, o folheto anual "Estatística e Apontamentos".

Antes do "Esboço de Psiquiatria Forense", de 1904, já havia publicado em 1895, o "Fragmentos de Psiquiatria", enquanto simples alienista do velho Hospício. E mais obras e trabalhos viria a publicar. Chegamos a reuní-los, na esperança de republicá-los, mas em 1973 nos retiramos do Hospital, perdendo a oportunidade da realização.

É uma contribuição vasta, importan-

te, não apenas pelo valor histórico, mas pela utilidade que ainda representa, o prazer que desperta e o entusiasmo que comunica, inclusive os inúmeros laudos periciais que elaborou.

Divulgação importantíssima fez ele da psicanálise, iniciada em 1919, com um opúsculo que ofereceu aos alunos, na qualidade de paraninfo da segunda turma da Faculdade. Em 1920 saiu a 2ª edição, sob a forma de livro, com o nome de "O Pansexualismo na Doutrina de Freud" e, em 1930, a 3ª, que voltou a ter o primitivo nome de "A Doutrina de Freud".

Dos discípulos de Freud mereceu também sua atenção o livro de Stekel, sobre sonhos, em artigo publicado na Revista do Brasil, em 1919.

Rubião Meira, ilustre professor de Medicina e que o conheceu de perto, diz, em seu livro "Médicos de Outrora", sobre sua personalidade: "Muito retraído, pouco conversador, Franco da Rocha chamava atenção de todos, que nele viam não um médico comum; mas um grande observador e grande psiquiatra."

Lendo-se os seus trabalhos, nota-se que tinha, apesar de introvertido, espírito satírico-humorístico de fina penetração psicológica. Comprovação disso são as críticas que teceu ao libretto "Harmonia Mental" de Teixeira Mendes, que vêm no capítulo sobre "Tratamento", de seu opúsculo

*"Fazei com que o fato de ser ou de ter sido médico do Juqueri, seja uma carta de apresentação orgulhosamente apresentada."*

culo "Fragmentos de Psiquiatria", de 1895.

Teixeira Mendes, influenciado pelas idéias de Kant, achava que só os filósofos podiam tratar da loucura, bem como levado pelos positivistas, afirmava que o louco não devia ser internado, mas sim tratado no meio em que a moléstia irrompia a família. Ao que comentava: "Pela maneira por que as coisas vão indo, é possível que um dia o desideratum dos positivistas seja realidade, isto é, o tratamento dos loucos em domicílio; não sendo possível dispensar, entretanto, o levantamento de um muro ao redor de muitas cidades..."

De tudo que dissemos, fácil é concluir que a psiquiatria de São Paulo surgiu no Juqueri, onde foi dado um tratamento mais humano ao infeliz doente mental comum e ao criminoso, ao idoso e ao menor; onde se desenvolveu a psiquiatria clínica e a forense; onde nasceu a Psicanálise; onde nasceu o ensino da Psiquiatria e da Anatomia Patológica; e de onde saíram dezenas e dezenas de professores de medicina, graças ao descortínio do sábio e venerando Franco da Rocha.

E tudo isso partindo do nada, da falta de hospício adequado, da quase inexistência de colegas da especialidade, tendo que se dedicar a todos os

setores da psiquiatria, bem como da clínica privada que, aliás, só exercia em conferências médicas e a co-diretoria da Casa de Saúde Homem de Melo, e da participação em sociedades que ajudou a fundar, como a de Medicina Legal e Criminologia, em 1921, e a primitiva Sociedade de Psicanálise, ambas de São Paulo. A primeira, ao lado, dentre outras, de Oscar Freire, Alcântara Machado e Plínio Barreto.

Antes de terminar queremos repetir agora, o que dissemos em 29.11.1963, ao promovermos no Centro de Estudos Franco da Rocha, uma sessão comemorativa ao 30º aniversário de sua morte:

"A medida que os anos passam e mais nos convencemos do quanto é grande o número de pessoas destituídas de concepções mais profundas a inspirar-lhes a conduta, mais sentimos agigantar-se no tempo e no espaço vultos de homens como o de Franco da Rocha. Em seu caso, não apenas em virtude de sua obra, grandiosa e imperecível mas, também, de suas qualidades de inteligência, saber, trabalho e retidão de caráter, ideal e humanitarismo, amor ao doente e à medicina, sentimentos de família e de civismo, verdadeiro exemplo de médico, professor e administrador, de homem e de cidadão."

Muitas outras homenagens tinham-lhe prestado antes e depois, inclusive em vida, em 3.4.1928, quando da inauguração do seu busto, no saguão de entrada do hospital de Juqueri. Disse ele, em seu discurso de agradecimento:

"Esta recompensa que me foi dada em vida, é o maior pagamento que tenho recebido pelos seis lustros de contínuo e faticante labutar, cheios de amarguras e fortes contrariedades, como só as conhecem aqueles que já têm passado por elas."

E disse, ainda: "Fazei com que o fato de ser ou de ter sido médico do Juqueri, seja uma carta de apresentação estimada e orgulhosamente apresentada."

É o que está acontecendo hoje conosco, velhos colegas do Juqueri, orgulhosos de termos pertencido ao seu corpo clínico e podido contribuir pela continuação da obra humanitária e generosa do grande e ilustre Franco da Rocha.

Saudosos daqueles tempos, achamos-nos aqui reunidos, para uma vez mais homenagear o bemérito médico psiquiatra, justamente quando completa 100 anos de sua nomeação para o velho Hospício de Alienados da Capital de São Paulo.

Éramos todos moços. Por virtualidade do espírito a transformar o espaço-tempo real em objetivo, iludimo-nos de que não iríamos envelhecer. Mas envelhecemos, para confirmar a frase latina que o solitário do Juqueri mandou gravar em alto relevo, em torno do relógio do edifício do centro do jardim interno: Ut cuspis, sic vita defluit, dum stare videtur, quem ad traduções (não ad litteram nem ad sensum, mas pró-forma) do saudoso amigo e poeta, Frei Marcelino de Angatuba, há não muito falecido, quer dizer: A vida parece imóvel, mas corre como as horas.

\* Paulo Fraletti é ex-professor pleno da Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo.